

As comunidades cristãs originárias e seu comportamento anti-imperial

The original Christian communities and their anti-imperial behavior

*Luiz Alexandre Solano Rossi**

*Diandra Keren Brandt***

Resumo

O movimento organizado por Jesus bem como as comunidades originárias do cristianismo não surge num vazio sócio-político. Desde 63 a.C., quando as legiões romanas alcançaram a fronteira da Palestina, haveria de transformá-la num barril de pólvora. E, diante da violência institucionalizada, é possível perceber na literatura do Novo Testamento a apropriação de uma linguagem que leva a interpretar a política imperial a partir da periferia de um povo subjugado. O artigo analisa alguns textos anti-imperialistas do Novo Testamento a partir da violência imposta pelo império romano.

Palavras-chave: Violência. Império. Resistência. Periferia.

Abstract

The movement organized by Jesus as well as the communities originating in Christianity does not appear in a socio-political vacuum. From 63 B.C., when the Roman legions reached the Palestine frontier, it would have turned it into a gunpowder. And, in the face of institutionalized violence, it is possible to perceive in New Testament literature the appropriation of a language that leads to interpreting imperial politics from the periphery of a subjugated people. The article analyzes some anti-imperialist texts of the New Testament from the violence imposed by the Roman empire.

Key-words: Violence. Empire. Resistance. Periphery.

Introdução

O Império Romano pode ser estudado como sinônimo de “poder excessivo, luxo, bons e maus imperadores, produção e predomínio das leis, espaço de tirania, florescimento dos povos, liberdade de comércio, taxaço excessiva, apogeu, declínio e morte” (Degan, 2014, p. 17).

* Doutorado em Ciências da Religião (UMESP). Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: luizalexanderossi@yahoo.com.br

** Mestranda em Teologia (PUC-PR). E-mail: pr.diandrabrandt@hotmail.com

De modo geral, as narrativas da história geral dão um lugar de destaque para descrições do Império Romano (Joly; Agnolon; Degan, 2014). Agnolon (2014, p. 29) argumenta que além de ocupar um lugar privilegiado nas narrativas dos historiadores: “Roma ainda era considerada a sede do poder universal. De onde o poder político, o poder econômico e o poder cultural mostravam as suas faces”.

Na mesma linha, Agnolon (2014) argumenta que a narrativa do Império Romano na história ocidental constituiu-se como um marco divisório e civilizatório porque significou a ascensão e queda de um império complexo tanto no âmbito de direitos civis como na exploração tributária, escravagista, violenta e cultural. Segundo Feldman (2001, p. 7), nos dois primeiros séculos da Era cristã, Roma ainda era a capital do mundo, o núcleo do poder, das letras, das leis e das aristocracias.

Em sua obra “*História del pueblo judio*”, Margolis (1945, p. 12), afirma: “na descrição do Império Romano verifica-se a existência de traços que tinham marcado antigas nobrezas, velhos conquistadores, séquitos de escravos, dependentes”. Percebe-se a existência de uma rica narrativa sobre o Império Romano, tanto no âmbito de poder e como no sentido de exploração nos mais diferentes níveis.

No contexto judaico, a conquista de Pompeu por volta do ano 63 a.C. acabará com a independência conquistada durante a dinastia dos Hasmoneus e impregnará o imaginário da população. De acordo com Margolis (1945, p. 13): “os romanos permaneceram na memória judaica como terríveis inimigos”.

1. O Conceito de Império e Seus Aspectos Históricos

A palavra “império” tem conotação diferente para cada povo. Especialmente se o povo em questão faz parte do império ou se pertence àqueles que foram oprimidos por este império. Segundo Mendes (2005, p.18): “a palavra império originou-se do termo latim *imperium* que significa soberania ou comando”. Império é a confluência de poderes políticos, militares, culturais, econômicos e religiosos, dentro de um poder de dominação que impõe um caminho de benefícios do vulnerável ao poderoso. O império ultrapassa todas as fronteiras, subverte culturas, subjuga nações inteiras e marginaliza comunidades religiosas (Miguez, 2012).

O termo *imperium* quando é utilizado para referir-se ao império romano não se limita apenas aos aspectos políticos, mas também abarca todo o universo cultural e sociopolítico (Mendes, 2005). Rieger complementa:

O império tem a ver com as maciças concentrações de poder que permeiam todos os aspectos da vida e que não podem ser controladas isoladamente por qualquer ator. Esta é uma das marcas básicas do império ao longo da história. O império procura estender seu controle tão longe quanto possível; não só geográfica, política e economicamente – estes fatores são costumeiramente reconhecidos – mas também na esfera intelectual, emocional, psicológica, espiritual, cultural e religiosa. O problema com o império não é fundamentalmente um problema moral – não que todos os impérios sejam necessários e igualmente maus e errados. Alguns impérios e certos modelos de colonialismo reivindicam promover causas benevolentes (...) o problema com o império tem a ver com formas de controles de cima para baixo estabelecidos sobre as costas dos sujeitos do império e que não permitem que aqueles atingidos por elas busquem propostas alternativas (Rieger, 2009, p. 13)

É notório que o desejo por poder é característico em vários povos. No entanto, entre os romanos isso parecia ser mais acentuado. Desse modo, pode-se dizer que as recorrentes revoltas, lutas e assassinatos existentes a partir de Roma era o efeito de um desejo do Império de se sobrepor aos demais povos que eram conquistados e, posteriormente, escravizados.

De acordo com Maxwell (2014, p. 19): “não reinava a paz, porque o sistema político estava profundamente deteriorado, havia perdido a sua razão de ser, tornando-se desumano e cruel”. Preaux (1984, p.170) está de acordo com a desumanidade e a crueldade do império, quando afirma que “um império é sempre ofensivo no sentido de que tende a situar essa linha mais distante de seu centro vital, pois, dado que se fundamenta na espoliação do outro, deve contar com a possível represália de suas vítimas”. A lógica do império é cruel, ofensiva e opressora. O Império Romano, como modelo imperial, formou-se com uma característica de poder que afetava a totalidade dos povos que entram em suas terras.

Nesse contexto é possível verificar que de um lado o Império Romano crescia e expandia-se em tamanho territorial e populacional e, por outro lado, a população romana e os povos subjugados eram oprimidos de diversos modos: com práticas de violência, opressão de vários tipos, tributações diversas e

escravização que perduraram por vários anos desde o primeiro século até a época de Santo Agostinho (Butti, 2001). Nesse sentido, vale as palavras de Pixley:

Um dos propósitos do império em seu controle sobre o território e a população da Palestina era obter riquezas através de um complexo sistema de tributos e impostos. Havia impostos sobre a terra, sobre a população, e direitos de alfândega e pedágio para o uso de pontes e vias. Cobrar os impostos era um negócio que se outorgava por contratos a grandes empresários, que por sua vez empreitavam aos coletores locais de impostos. Para a população judaica existiam ainda os impostos do templo, principalmente o dízimo sobre a produção do campo e o imposto anual da didracma sobre cada varão. A carga para o camponês comum devia ser verdadeiramente espantosa (Pixley, 2008, p. 123)

O autor destaca a ação opressora do império no que se refere especificamente aos impostos cobrados. Através desses impostos, o império ia controlando territórios e dominando povos. A ação imperial consistia em extrair o máximo de riquezas possíveis. Pixley destaca três vias de extração da riqueza: mediante os cobradores de impostos que arrecadam tributo de toda a população; mediante conselhos das cidades e mediante o templo, por cujos rendimentos as autoridades sempre mantiveram um especial interesse (Pixley, 2008, p. 124).

2. O Império Romano e as práticas de violência, opressão, tributação e escravização no século I

O século I na história do Império Romano foi marcado por uma centralização do poder e por profundas alterações na ordem administrativa da república. A pessoa que concentrava o maior poder em suas mãos era o imperador que sentava entre os consoles e dirigia o senado. Deste modo, pode-se dizer que o imperador ditava as regras e era o centro da administração romana.

Sendo o imperador a figura mais poderosa do governo romano, era necessária sua aceitação entre as províncias e entre todos os povos subjugados. Serique (2011, p. 121) assim se expressa: “a aceitação do imperador nas províncias algumas vezes era feita de forma impositiva, e essa era a condição básica para que os interesses imperiais fossem atendidos de forma efetiva”. A forma impositiva utilizada pelo imperador pode ser entendida como a utilização de violência algumas vezes. O imperador ainda detinha o poder sobre a religião do império e era considerado o *pontifex*

maximus, isto é, a mais alta autoridade na administração da religião romana. O imperador tinha atributos que poderiam torná-lo um governante despótico. Segundo Rolland (1983, p. 18): “o poder do imperador era de característica dinástica, ou seja, era transmitido de forma hereditária”.

Os imperadores romanos diante desse contexto sócio-político-religioso de concentração de poder e autoridade, empreenderam diversas práticas de violência, opressão, tributação e escravização. Muitos povos sofreram durante o Império Romano, inclusive judeus e os cristãos. Havia um propósito para os romanos se interessarem pela Palestina e subjugar seus moradores. Segundo Silva (2014, p. 1): “Roma tinha interesse de subjugar a Palestina porque, mais provavelmente, tinha interesse de alcançar o Egito, incorporado pelo império tempos depois”. Antes, porém, dessa incorporação, a Palestina era basicamente a fronteira da região sudeste do Império Romano e estava sob os cuidados do legado da província da Síria (Silva, 2014).

Após a conquista da Palestina, por volta do ano 63 a.C., Pompeu dividiu-a em pelo menos duas jurisdições: a) *éthnos* judaico; b) *poleis* helenistas. Silva (2014, p. 2), relata que ao *éthnos* judaico: “foram concedidas regiões predominantemente judaicas: parte da Judéia ao redor de Jerusalém, uma parte da Iduméia ao Sul, a Peréia ao Leste, do curso mais baixo do Jordão, e, finalmente a Galiléia”. Segundo Silva (2014, p.1): “os judeus se incomodaram com a política de dominação romana, como aconteceu com domínios anteriores, e protagonizaram aquela que foi uma das maiores revoltas registradas na história”.

Decorrente das práticas autoritárias do Império Romano, as revoltas judaicas se tornaram mais frequentes. Margolis (1945) afirma que um aspecto relevante que influenciou as revoltas foi a questão tributária e a problemática da sua arrecadação. No início do século I d.C., de acordo com Lima (2010, p. 4): “assim que assumiu o poder, Antipas investiu na reconstrução da cidade de Séforis para que servisse como capital da Galiléia, posto de administração e arrecadação tributária”. Séforis, além da capital da Galileia, era também a praça do comando militar. Segundo Lima (2010), de Séforis saíam os coletores de impostos e os soldados que os protegiam, às vezes utilizando-se de violência, a “ordem pública”. Geralmente, na coleta de impostos ocorriam alguns pequenos

tumultos devido a dureza dos coletores e dos soldados que os acompanhavam (Feldman, 2001).

Deve-se salientar que a Palestina era um conjunto de cidades dominadas e submetidas ao poder romano. É possível afirmar que a maior parte da história judaica na Palestina (e as províncias da Galiléia, Samaria e Judéia) do primeiro século envolveu protesto e resistência contra as provocações e opressão romana. As principais vítimas da política expansionista romana eram justamente os camponeses. Para eles, a dominação romana significava fundamentalmente uma pesada tributação e, mais do que isso, uma séria ameaça a sua existência, haja vista que muitos deles foram expulsos de suas terras. E, na Palestina, a brutalidade adquiriu novos contornos logo após a conquista romana. A partir desse momento a Palestina se tornou um lugar marcado pela imposição violenta e por condições de vida determinadas arbitrariamente pelo Império. Roma tinha interesse especial por essa região. Além da capacidade produtiva – através do campo e mão de obra qualificada – sua localização estratégica facilitava a movimentação comercial com as demais regiões garantindo os interesses romanos. A Palestina, por conta de sua localização, ocupava um lugar de importância vital, pois se encontra entre a Síria, porta de acesso às riquezas da Ásia Menor, e o Egito, um dos celeiros mais importantes que abasteciam Roma. Temos nessa região um verdadeiro barril de pólvora. Nas províncias helenísticas, principalmente na Macedônia e na Ásia Menor, a relação com o império era mais cordial.

3. As comunidades originárias e a *Pax romana*

É notório que o Império Romano pretendia garantir uma boa administração nos territórios dominados que incluía uma arrecadação de impostos bem-sucedida e a manutenção da paz social através de uma série de estratégias que eram expressas na chamada *pax romana*.

Durante o período de dominação da Palestina pelo Império Romano havia grande diversidade cultural e religiosa, fazendo-se necessária uma medida para que fosse preservada a convivência tolerante entre os diversos grupos. A partir do ano 27 d.C. até o século II d.C., Roma adotou uma série de ações políticas,

militares e ideológicas que objetivavam a manutenção da ordem política e social do Império.

De certa forma, a *pax romana* constitui-se como uma “romanização” dos povos dominados. Essa foi a forma encontrada pelo Império para trabalhar com a diversidade religiosa e cultural (Wengst, 1991). Destaque-se que a *pax romana* foi estabelecida numa ordem de cima para baixo. Ela nascia no centro do poder imperial e atingia os povos conquistados, impedindo que as classes mais pobres se desenvolvessem economicamente (Melo, 2013).

Desde o início os romanos estabeleceram seu império pela força superior das armas. No entanto, segundo Brunt (2004, p. 33), a maior novidade da atitude romana com respeito ao império era a firme crença de ser esse império universal e desejado pelos deuses. Virgílio, Cícero e Políbio (apud Brunt, 2004, p. 34-35) afirmavam respectivamente o alcance do império romano da seguinte maneira: “domínio sem limites de espaço ou de tempo”, “como que regesse todos os povos em todo o *orbis terrarum*” e “todo ou virtualmente todo o *oikoumene*, por suas partes conhecidas, achava-se sob o domínio romano”. A força militar e poder divino apresentam-se, portanto, como os dois lados da mesma moeda. Juntos teciam tanto um exército invencível quanto um império que não tinha fim. Não havia, na mais pura expressão da verdade, como disseminar a *pax Romana* sem a ação militar dos exércitos em marcha. Harrison (2011, p. 63) nos ajuda a compreender as pretensões romanas: “a propaganda imperial retratou o principado de Augusto como o ápice da Providência na história universal da humanidade”.

A subjugação do mundo inteiro por Roma era frequentemente simbolizada pela imagem do globo, que começava a aparecer nas moedas no final da República. Horsley (2003, p. 22) é categórico ao afirmar que a ‘globalização’ constituía uma das principais mensagens das “Realizações do Divino Augusto através do qual ele sujeitou o mundo ao governo do povo romano”. E, diante das realizações e reivindicações do divino Augusto, Horsley conclui, afirmando: “o poder político-militar do império também significava sujeição econômica dos povos conquistados”.

Estamos, historicamente, no contexto da paz romana (*pax Romana*). Wengst (1991, p. 23) descreve-a da seguinte maneira:

A pax Romana foi resultado produzido a ferro e fogo e mediante o uso, sem escrúpulos, de todos os meios de luta do Estado, de uma disputa inimiga com o mundo inteiro, que se apoiava numa arte de Estado coercitiva e através da qual, em cada caso concreto, houvera a vontade ilimitada da defesa do próprio proveito. A pax romana, que em teoria é uma relação de direito entre dois parceiros, é, na realidade, uma ordem de dominação; Roma é o parceiro, que a partir de si mesmo, ordena a relação e propõe as condições. Para o não romano, pax significava a confirmação da submissão a Roma, por meio de contrato que implorava, simultaneamente, a proteção de Roma contra os ataques de outros povos estrangeiros.

Todavia, o caminho que levava à era dourada e de paz não podia ser realizado sem o uso da força e da violência. Não havia uma estrada que conduzia diretamente a esse destino. A nova era para uma sociedade militar de orientação imperial caminhava ao lado, pari passo, à perpetuação da guerra. É possível afirmar que a *pax Romana* estava fundada na conquista e na guerra. Horsley (2004, p. 27) esclarece o conceito de paz dizendo que se tratava de uma paz no sentido romano, ou seja, um pacto depois da conquista. E Horsley (1987, p. 47) acrescenta que “os romanos mantinham a pax Romana pelo terror”.

Não é possível minimizar o período da dominação romana. Nela encontramos o cenário apropriado para a emergência de lutas, guerrilhas e sublevações populares contínuas. A Palestina, como um dos muitos exemplos que poderíamos utilizar como território ocupado, poderia ser descrita como um dos maiores focos de rebeldia contra a expansão imperial romana. Seria ainda possível acrescentar que na Palestina do primeiro século a situação econômica da população encontrava-se em queda vertiginosa, refletindo na deterioração da qualidade de vida. As pessoas mais vulneráveis viviam cercadas pela instabilidade e pela penúria. Horsley (1987, p. 29) em seu livro, *Jesus and the Spiral of Violence*, descreve que a violência na região era “institucionalizada” porque havia sido determinada pela conquista imperial. Ele afirma que os romanos possuíam uma ideologia autolegitimadora de “defender seus amigos e aliados” e de levar “civilização” e “paz” para o resto do mundo. Todavia, a conquista imperial era marcada pelo uso abusivo da violência, atingindo populações inteiras seja pelo assassinato ou pela escravidão.

3. As comunidades originárias e sua linguagem anti-imperial

O movimento organizado por Jesus bem como as comunidades originárias do cristianismo não surge num vazio sócio-político. Desde 63 a.C., quando as legiões romanas alcançaram a fronteira da Palestina, haveria de transformá-la num barril de pólvora. E, diante da violência institucionalizada, é possível perceber na literatura do Novo Testamento a apropriação de uma linguagem que conduz a interpretar a política imperial a partir da periferia de um povo subjogado. A seguir analisaremos, mesmo que brevemente, algumas possibilidades de leitura anti-imperial presentes no Novo Testamento.

Iniciemos com o apóstolo Paulo. A pesquisa recente sugeriu que as cartas escritas por Paulo também fossem lidas partir de uma nova perspectiva, a saber, uma leitura em oposição ao império Romano. Muito possivelmente, Paulo, compreendia o movimento que estava sob a sua liderança como uma alternativa à ordem imperial romana que, para o apóstolo, permanecia sob o julgamento de Deus. Miguez (2015, p. 3), por exemplo, afirma:

A vida e obra de Paulo não podem ser separadas porque ambas surgem a partir da mesma fonte, ou seja, o seu compromisso com o Crucificado. Este compromisso é a chave de leitura que distingue a leitura paulina. Paulo é visto como um homem apaixonado por sua missão, mas, também, que se encontra atento aos conflitos e situações da vida cotidiana. Uma tensão que aumenta uma fé que é contra-hegemônica à ideologia do império.

A fim de exemplificar a linguagem anti-imperial do apóstolo Paulo destacaremos alguns aspectos da linguagem utilizada por ele em 1 Tessalonicenses que é, significativamente, o primeiro texto do Novo Testamento a ser escrito em meados do primeiro século. As características da cidade de Tessalônica já poderiam indicar que Paulo teria problemas “imperiais” nela. A cidade havia se distinguido ao longo de sua história pela fidelidade e adesão ao imperador Augusto e a seus sucessores. É possível indicar algumas possibilidades que ratifica a abordagem proposta. Indico pelo menos três possibilidades de leitura anti-imperialista em Paulo:

1) Paulo enfatiza de modo inequívoco e, de certo modo, provocativo, a unicidade de Deus e sua exclusividade de culto criando, de certa forma, um problema com o Império ao privar o culto ao imperador de seu sentido original. No texto de 1 Tes 4,13-18, Paulo apresenta Cristo da mesma forma como os tessalonicenses e outros cidadãos romanos apresentavam a chegada triunfal do

imperador: “O mesmo Senhor descera do céu com clamor, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus... e seremos arrebatados nas nuvens... ao encontro do Senhor” (1 Tes 4,16-18). Para Paulo, o evangelho de Jesus se apresentava em verdadeira oposição ao imperador. E, conseqüentemente, a oposição trazia hostilidade à comunidade, gerando, também, marginalização social.

2) Koester (p. 164, apud Horsley) e Donfried (p. 214, apud Horsley) afirmam que a expressão *eirene kai asphaleia* = paz e segurança pertenceria ao âmbito do slogan político, e por isso, deveria ser melhor compreendido no domínio da propaganda imperial romana. Dessa forma, esclarece que a expressão “aponta para a vinda do dia do Senhor como um evento que vai abalar a falsa paz e segurança do establishment romano”. Em 5,3 encontraríamos um ataque frontal ao programa de paz e segurança promovido pelo império. A expressão utilizada por tessalonicenses que não pertenciam à comunidade originária é uma estenografia imperial para *Pax romana*. As palavras latinas (*pax* e *securitas*) aparecem em moedas com certa regularidade e resumem a proteção contra a ameaça externa oferecida pelo poder romano. Paulo, de acordo com Harrison (p. 61) parece indicar a destruição dos proponentes da *pax* e da *securitas* imperial (5,3b). O dia do Senhor celestial aparecerá repentinamente como um ladrão na noite (5,2;4). Somente aqueles que são protegidos pela armadura do Senhor guerreiro crucificado escaparão de sua ira (5,3b; 9^a, 10b). Uma declaração monumental deslegitimando a falsa segurança proposta pelo Império Romano. Assim qualquer pessoa e/ou comunidade que fosse considerada causadora de problemas, não seria tolerada.

3) Três termos de forte carga política também se encontram na carta de 1 Ts, a saber: *parousia*, *apantesis* e *kyrios*. “*Parousia*” possui relação com a visita do rei e, quando usado na linguagem da corte, se refere à chegada de César, de um rei ou de outro dirigente (Donfried, p. 214; Koester, p.162). “*Apantesis*”, por sua vez, se refere à recepção dos cidadãos a um dignitário que está prestes a visitar a cidade. A viagem de Júlio Cesar pela Itália em 49 a.C., é entusiasticamente descrita por Cícero: “apenas imagine que apantesis ele está recebendo das cidades, que honras são dadas a ele” (apud Harrison, 2011, p. 60) e, por fim, “*kyrios*” é um termo que as pessoas da parte oriental do mediterrâneo aplicavam aos imperadores romanos. Possivelmente para Paulo, Cristo era a antítese do imperador romano. Sigo, nesse momento, uma possível conclusão a

partir de Segal (2010, p. 265) ao dizer: “o cristianismo era subversivo em relação às instituições religiosas básicas da sociedade gentilica”.

João, décadas depois de Paulo, ao escrever o livro do Apocalipse, em vários trechos, faz menção ao sangue dos mártires e do cordeiro que foi degolado (Apocalipse 1,5-7; 5.6-9; 7,14). Em outro momento, quando é aberto o quinto selo, embaixo do altar, são encontradas as almas dos cristãos que foram degolados pelo império devido o testemunho de Cristo (Apocalipse 6,9-11). A besta (cap. 12) era vista como Roma e o dragão simbolizava o império romano que lutava contra os filhos da mulher- igreja – (Apocalipse 12,17) (Lima Júnior, 2009). E o que falar: a) das formas de opressão econômica e violenta do Império Romano (Apocalipse 13.16-17); b) da riqueza, grandeza e vaidade da Babilônia (Roma); c) de Roma apresentada como uma prostituta que entrava em conluio com os reis da terra? A linguagem utilizada pelo autor do livro do Apocalipse indica claramente um chamado para um comportamento anti-imperialista.

A literatura apocalíptica, gênero literário utilizado para escrever o Apocalipse, tinha alguns objetivos como demonstrar os sofrimentos da comunidade cristã e, ao mesmo tempo, estimular os discípulos e discípulas a uma vida de resistência ao império. Segundo Lima Júnior (2009, p. 262): “O Apocalipse de João descreve, de modo metafórico, as experiências de perseguição, opressão e violência que as comunidades cristãs sofreram no último quarto do primeiro século, exercidas pelo império opressor”.

O terceiro exemplo é extraído do evangelho de Marcos 5,1-17 no qual encontramos, expressamente, a expressão “legião” aplicada literariamente a uma cena de exorcismo. De acordo com o relato o demônio é um só, mas se chama de “legião”, porque são muitos. Trata-se, portanto, do mesmo termo para se referir à divisão armada de Roma que controlava com mão de ferro a Palestina. Deve-se ressaltar que “conhecer o nome” de alguém, naquela cultura, significava a pretensão de dominar essa pessoa e ser mais forte do que ela. O espírito impuro, portanto, ao responder a Jesus procura demonstrar todo seu poder e, com isso, a partir do simbólico, subjugar o mais fraco.

Na narrativa, os demônios expulsos por Jesus entram nos porcos que eram considerados “os animais mais impuros de todos e os que melhor podiam definir os romanos” (Pagola, p. 208). Chouraqui (1996, p. 93) é ainda mais incisivo ao afirmar que “o homem está possuído pelo demônio como Israel pelas

legiões romanas”. E Bortolini segue na mesma direção (2003, p.105) ao expressar que o “porco é símbolo de um povo politicamente dominado”.

O texto é narrado à procura de seu clímax e, por conta disso, os porcos se precipitam ao mar onde a “resistência judaica queria vê-los submersos para sempre” (Pagola, p. 208). Dessa forma, a ruína dos porcos também significaria a libertação da escravidão sob o poder romano.

Storniolo (1992, p. 89) ratifica a informação: “também o porco era considerado animal sagrado e um dos símbolos do poder romano”. O porco era precisamente o símbolo da X legião romana que controlava a partir da Síria a região palestina (Chouraqui, 1996). Ao escutar o discurso de Jesus os ouvintes não podiam pensar senão na legião romana estabelecida em Damasco e encarregada de manter a ordem naquela região e de fazer respeitar a *pax romana*. Não devemos nos esquecer que Roma havia enviado à Judéia e à Síria suas melhores tropas para manter a ordem constantemente perturbada pela população revoltosa (Chouraqui, 1996, p. 94).

Conclusão

Os textos bíblicos também são escritos como uma reação aos múltiplos contextos em que nasceram. Nesse sentido, não há neutralidade em sua leitura. Na verdade, eles exigem ser lidos desde o olhar das vítimas da história. Revelam, por isso, a história contada desde os derrotados.

A leitura de 1 Tessalonicenses, do Evangelho de Marcos e do livro do Apocalipse, entre tantos outros, são capazes de revelar não somente a espiral de violência do Império romano, mas, também, a capacidade de resistência e de crítica do movimento iniciado por Jesus. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de se interpretar a literatura do Novo Testamento a partir de uma perspectiva anti-imperialista e anticolonialista. A leitura nesse nível há de produzir uma hermenêutica de contornos políticos e de prática inserida na realidade a fim de transformá-la.

Referências bibliográficas

AGNOLOM, L. *Segredos do Fim*. São Paulo: UFOP, 2014.

- BORTOLINI, José. *O evangelho de Marcos*. Paulus: São Paulo, 2003.
- BRUNT, P. A. *Laus imperii*. In: HORSLEY, R. A (Org.). *Paulo e o Império*. São Paulo: Paulus, 2004.
- BUTTI, O. et al. *El futuro de la esperanza*. Salamanca: Sígueme, 2001
- CHOURAQUI, André. *A Bíblia. Palavras (Deuteronômio)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- DEGAN, Alex. Qual é o Império Romano de Flávio Josefo? In: *As formas do Império Romano*. São Paulo: UFOP, 2014.
- FELDMAN, S. A. De civis romanii a nefariam sectam: a posição jurídica da minoria judaica no Codex Theodosianus (séc. IV e V). *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 21, p. 7- 16, 2001.
- HORSLEY, Richard A. *Paulo e o império. Religião e poder na sociedade imperial romana*. São Paulo: Paulus, 2004.
- HORSLEY, R. A. *Jesus and the Spiral of Violence*. San Francisco: Harper & Row, 1987.
- HORSLEY, Richard A. Ancient Jewish Banditry and the Revolt against Rome, A.D.66-77, *The catholic Biblical quarterly*, n.43, p.409-432, 1981, p.422-424.
- JOLY, Fábio Duarte. *As formas do Império Romano*. São Paulo: UFOP, 2014
- KOESTER, H. *Introdução ao Novo Testamento*. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2005.
- LIMA, Anderson de Oliveira. Roma e os camponeses da Galiléia: os motivos que proporcionaram nascimento do movimento de Jesus de Nazaré. *Ciber Teologia – Revista de Teologia & Cultura*. Ano 4, n. 32, 2010.
- LIMA JUNIOR, Francisco Chagas. O império e a cruz: reflexos da teologia imperial romana na cristologia primitiva. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano II, n. 5, set, 2009.
- MARGOLIS, M. L.; MARX, A. *Historia del pueblo judio*. Buenos Aires: Editorial Israel, 1945.
- MENDES, G. *A esperança cristã na ressurreição*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MAXWELL. My theological career, 1991, p. 170. Apud: MUELLER, E. R.. São Leopoldo, 2005. In: MOLTSMANN, J. *Teologia da Esperança. Estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã*. São Paulo: Loyola, 2014, p. 14-15.
- MIGUEZ, Nestor. *Pablo de Tarso – militante de La fé*. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/02-33465659-RIBLA-20.pdf. Acesso 17 out. 2016.
- PAGOLA, José A. *Jesus – aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- PRÉAUX, C. *El Mundo Helenístico*. Editorial Labor: Barcelona, 1984
- RIEGER, Joerg. *Cristo e o império: de Paulo aos tempos pós-coloniais*. São Paulo: Paulus, 2009.
- ROLLAND, U. *Hope for the Church. Moltmann in Dialogue with Practical Theology*. Nashville: Abingdon, p. 128-136, 1983.

SEGAL, Alan F. *Paulo, o convertido. Apostolado e apostasia de Saulo fariseu*. São Paulo: Paulus, 2010.

SERIQUE, D. *El dolor de Dios: una discusión teológica*. Loyola, 2011.

SILVA, Bruna J. Cabral. O movimento apocalíptico e macabeu como protesto ao domínio helênico. *Revista Oráculo*, ano 9, número 14, 2014.

STORNIOLO, I. *Como ler o evangelho de Lucas*. São Paulo: Paulus, 1992

WENGST, C. *Pax Romana: pretensão e realidade*. São Paulo: Paulinas, 1991

Recebido em 02/07/2018, revisado em 29/11/2018, aceito para publicação em 18/04/2019.